

# À espera, em ruínas: Urbanismo, estética e política no Rio de Janeiro da 'PACificação'<sup>1</sup>

**Mariana Cavalcanti**

Professora da FGV-RJ

O artigo apresenta um relato etnográfico sobre o Programa de Aceleração do Crescimento nas Favelas (PAC-Favelas) em Manguinhos, antiga zona industrial do subúrbio carioca. O artigo começa por reconduzir a estética das obras ao contexto político mais amplo da cidade, no qual a política das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) ocupa um lugar estratégico. Examinei, então, as transformações impostas pelo PAC às estruturas de autoridade na favela, afetando relações de poder e de mediação política há muito estabelecidas. Finalmente, volto-me para o papel desempenhado pelos novos sujeitos políticos que atuam precisamente nos interstícios das estruturas de informalidade urbana constitutivos da vida nas favelas cariocas.

**Palavras-chave:** Rio de Janeiro, favelas, urbanismo, PAC, UPP

The article **Awaiting, in Ruins: Urban Planning, Aesthetics and Politics in the Rio de Janeiro of 'Pacification'** brings an ethnographic account on the PAC-Favelas (favelas upgraded under the Growth Acceleration Plan) in Manguinhos, former industrial suburb of Rio de Janeiro. The article begins by replacing the aesthetics of the works in the city's broader political context, in which the Pacification Police Units (UPPs) occupy a strategic position. It therefore examines the transformations imposed by the PAC on the structures of authority in the favela, affecting long-established power relations and political liaisons. Then it focuses on the role played by the new political actors engaged precisely in the interactions between structures of urban informality that constitute life in the Rio slums.

**Keywords:** Rio de Janeiro, favelas, urban planning, PAC, UPP

## Introdução: notas de campo

**E**m 8 de janeiro de 2012, os seis edifícios que por cerca de 50 anos abrigaram a antiga sede de uma fábrica de leite em Benfica, Rio de Janeiro, foram implodidos para dar lugar a um conjunto habitacional de baixa renda, como parte do Programa de Aceleração do Crescimento nas Favelas (PAC-Favelas). A ruína fabril localizava-se na antiga zona industrial da cidade, no entorno do complexo de favelas conhecido como Manguinhos, e desde 2000 encontrava-se ocupada por centenas de famílias. A implosão marcou o fim de um longo processo de realocação e indenização dessas pessoas em uma história permeada por atrasos, revezes e momentos de puro desespero para todos os envolvidos. No terreno da antiga fábrica serão construídas 686 unidades habitacionais, para onde muitos dos antigos moradores deverão retornar. Enquanto isso, essas famílias recebem um aluguel social mensal no valor de R\$ 400 enquanto esperam a entrega definitiva

Recebido em: 08/12/2012

Aprovado em: 09/02/2013

<sup>1</sup> Este texto ganhou forma final a partir da leitura cuidadosa de Colin McFarlane e Luiz Antônio Machado da Silva, a quem agradeço. Sou também grata a Daniela Fichino, que teve a paciência de ajudar na tradução e na montagem da versão final em português. O artigo condensa e analisa dados obtidos em dois projetos de pesquisa: "Memórias da CCPL: Favela Fabril", financiado pelo Lincoln Institute of Land Policy e pelo CNPq, e "Bringing the State Back into the Favelas of Rio de Janeiro: Understanding-Changes in Community Life After the UPP Pacification Program", financiado pelo Banco Mundial.

das chaves. Desde o início das obras do PAC em Manguinhos, em 2008, essa foi a segunda instalação industrial demolida para dar lugar a um conjunto habitacional construído para os antigos ocupantes dos terrenos. Outras seguirão.<sup>2</sup>

O espetáculo da implosão atraiu considerável cobertura midiática. Dezenas de jornalistas se aglomeraram ao redor da área restrita, em cima de um viaduto que oferecia uma vista privilegiada do local. O vice-governador do estado (que é também secretário de Obras Públicas) e o diretor da Empresa de Obras Públicas do estado (Emop) compartilhavam os holofotes com um sem-número de líderes comunitários, muitos deles representantes de favelas na região que também estão passando por obras de modernização de infraestrutura e de urbanização no âmbito do PAC-Favelas. A euforia generalizada que se seguiu à monumental implosão da ruína fabril – protelada por tanto tempo – criou a oportunidade para um passeio improvisado das autoridades pelas obras do programa, para inspecionar seu progresso e conjecturar a respeito das futuras intervenções urbanísticas em Manguinhos.

Eu estava no local, filmando um documentário sobre o processo de esvaziamento e implosão da antiga fábrica e dirigia a equipe que acompanhara, durante a manhã do evento, os passos de uma líder comunitária. O grupo se direcionou para o local em que estava sendo realizada a elevação da linha férrea, uma das principais intervenções do projeto urbanístico do PAC-Favelas no local. Éramos cerca de 20 pessoas, entre lideranças locais, políticos, assessores e nossa equipe. Discretamente, a liderança que protagonizava as filmagens desapareceu por uma viela. Uma troca de olhares com a fotógrafa que me acompanhava bastou para que eu pedisse ao técnico de som que desligasse o microfone de lapela que ela usava. Não havia dúvida de que a líder comunitária havia escapado para avisar “na boca” da presença dos políticos nos interstícios da favela. Sua ausência foi breve. Ela retornou ao grupo rápida e discretamente.

Caminhávamos ao longo dos velhos trilhos de trem deteriorados, que, à primeira vista, eram indiscerníveis sob a estrutura de concreto na qual os novos estavam sendo colocados. O suporte dos trilhos, ainda em construção, já apresentava, sobrepostas, camadas de pichações; ruínas e entulhos das obras em curso somavam-se ao lixo que cercava

2 Processos semelhantes estão em andamento em todos os antigos subúrbios industriais da cidade. Paulo Fontes e eu nos referimos a esse fenômeno como “favelas fabris” (CAVALCANTI e FONTES, 2011; CAVALCANTI, FONTES e BLANK, 2012). Ver também o documentário sobre esse caso particular: *Favela fabril* (2012).

os usuários de crack, congregados sob os pilares das novas instalações, fumando, totalmente alheios à presença das autoridades. Muitos provavelmente haviam saído da ruína da antiga fábrica; em seus últimos dias, o prédio havia se tornado um verdadeiro cenário de filme de zumbis. Aqui, no entanto, os restos dos acampamentos improvisados pelos “cracudos” (como os usuários são localmente chamados) eram modestos se comparados às outras partes de Manguinhos, onde centenas deles se amontoam ao longo das ruas e calçadas recentemente pavimentadas, em torno de um campo de futebol construído pelo mesmo PAC-Favelas que acabara de demolir a fábrica de leite.

A despeito do cenário apocalíptico, o grupo visitante caminhava com certa euforia; falava-se em converter outras ruínas fabris em conjuntos habitacionais de fachadas coloridas, como os dois novos edifícios – uma unidade habitacional e uma escolar – localizados bem em frente à obra de elevação da linha férrea. Eles se destacavam entre as ruínas dominantes na paisagem, emprestando alguma coerência ao otimismo reinante entre as autoridades públicas e líderes comunitários.

Perguntava-me quanto tempo levaria para que esses prédios se incorporassem à atmosfera geral de abandono, como ocorrera com os conjuntos habitacionais construídos na década de 1990 na favela vizinha, do Jacarezinho, a apenas algumas centenas de metros de distância.

O episódio evidencia as múltiplas escalas de relações de poder e de negociações cotidianas acomodadas diariamente por programas de urbanização de favela em larga escala. Entre as negociações de orçamento no Congresso, as pranchas de arquitetos e urbanistas e os caminhos de sua efetiva implementação, em algum momento essas iniciativas grandiosas têm de lidar com desafios concretos impostos pelo cotidiano. Nas favelas do Rio de Janeiro, a vida cotidiana sedimentou, durante as últimas três décadas, lógicas de informalidade capazes de desafiar quaisquer fronteiras teóricas entre o legal e o ilegal, o legítimo e o ilegítimo (TELLES e CABANES, 2006), justamente porque constitui uma lógica de organização que governa o próprio processo de transformação urbana ao conectar “diferentes espaços e economias entre si”, como sugere Ananya Roy (2005, p. 148).

A imagem da informalidade como “modo de vida” (ALSAYYAD, 2004) que se transforma no tempo e no espaço vem moldando o que chamo de *consolidação das favelas*, isto é, sua incorporação e centralidade crescente na política da cidade e nas políticas públicas. A institucionalização da política de urbanização das favelas legitimou-se na esfera pública como uma resposta ao domínio territorial exercido pelo tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Em outras palavras, a lógica subjacente é a de que a violência justifica a melhoria na infraestrutura das favelas. Assim, paradoxalmente, a violência e o estigma associados a essas áreas acabam por criar as condições para a melhoria material e também para o reconhecimento político de seus moradores – ao mesmo tempo que se reproduzem como estereótipos e sustentam as relações de poder que reforçam a ideia de alteridade cultural perante a cidade dita “formal” (CAVALCANTI, 2007; 2009).

No dia a dia, o processo de consolidação das favelas é experimentado como a acomodação sempre precária de relações de poder e lógicas territoriais muitas vezes contraditórias, produtoras de formas de exercício de soberania específicas sobre certos lugares do espaço urbano. A vida cotidiana se desdobra nos interstícios de diferentes esforços de territorialização, que são simultaneamente forjados por disputas no comércio de drogas e pela presença de uma força policial violenta e corrupta, mas também pelo aumento dos investimentos públicos e das prestações de serviços em espaços ainda disputados e resignificados por lógicas territoriais produzidas pelas chamadas “cracolândias” – regiões nas quais o crack é usado continuamente e que assumem uma série de dinâmicas espaciais e sociais próprias, muitas vezes em desacordo com os interesses e com os aspectos mais institucionalizados do tráfico. Milhares de moradores conduzem suas rotinas e seus afazeres diários em meio a esses diferentes sistemas de relações que se acomodam mutuamente no espaço da favela (MACHADO DA SILVA, 2008).

Este artigo apresenta um relato etnográfico do programa de urbanização do PAC-Favelas no Complexo de Mangueiros, um agrupamento de 14 favelas e/ou conjuntos habitacionais localizado no coração da antiga zona industrial do subúrbio do Rio de Janeiro. O foco incide sobre a forma

como o PAC tem afetado o cotidiano e a política locais. Que tipo de práticas diárias essas obras de infraestrutura alteram, afetam, transformam e produzem? Em um espaço no qual a territorialização das relações sociais é largamente mediada pela violência, que estruturas de poder são desafiadas por essas novas paisagens? De que modo elas possibilitam ou produzem novas formas de soberania? Que tipos de mediações políticas entre as diferentes lógicas e os diferentes espaços emergem nesse contexto?

Essas perguntas pressupõem a desconstrução, na esfera pública, da retórica legitimadoras das políticas destinadas às favelas da cidade, uma retórica que se baseia em um raciocínio autoevidente a respeito das virtudes da “chegada do Estado” a regiões nas quais estava supostamente “ausente” até então. O problema é que tanto a história de Manguinhos quanto a sociologia das favelas do Rio desafiam tais narrativas acerca de um Estado redentor que passaria a ocupar um suposto vácuo de poder.

Em Manguinhos – como em outras comunidades da cidade – o Estado e suas margens tiveram os limites e as relações constantemente redefinidos durante a maior parte do século XX. A persistência das favelas tem produzido uma série de espaços para a política e para atores sociais cuja própria existência está ligada à constituição de regimes de informalidade e que, historicamente, moldaram o desenvolvimento desses lugares como *favelas*, em oposição à chamada cidade “formal”. Os agentes políticos locais, a Igreja Católica, a política sindical, os arranjos clientelistas, os agentes comunitários, a “sociabilidade violenta” (MACHADO DA SILVA, 1995) imposta pelo comércio de drogas – e os trânsitos possíveis e até necessários entre essas posições operados por diferentes indivíduos<sup>3</sup> –, todos têm ou tiveram uma participação na incorporação social das favelas na cidade, ainda que como margem. O desenvolvimento histórico das 14 comunidades que compõem a região hoje designada como Complexo de Manguinhos está intrinsecamente ligado às políticas de habitação conduzidas pelo Estado durante grande parte do século XX: muitas são originárias de conjuntos habitacionais “provisórios”, para os quais foram realocados moradores de outras comunidades entre os anos 1940 e 1970, outras constituíram experiências pioneiras de melhorias na infraestrutura duran-

3 Para um relato sobre a forma como os indivíduos se movem nos interstícios dos espaços formal e informal, legal e ilegal, lícito e ilícito nas periferias de São Paulo, ver Telles e Cabanes (2006).

te a década de 1990. Atualmente, com as obras do PAC, antigos espaços industriais irregularmente ocupados foram oficialmente incorporados como comunidades do Complexo de Manguinhos, formalizando consideravelmente suas relações com o Estado, relações que se articulam no nível do discurso a partir da linguagem dos direitos, mas cujas práticas revelam uma série de deslizamentos entre novas e velhas formas de controle social. A partir desse ponto de vista, Manguinhos se revela não como uma região da qual o Estado é ausente, mas como um espaço que tem funcionado como laboratório para as políticas de habitação de baixa renda.

Mas, se o Estado já estava lá, o que há de novo com as obras do PAC? Neste artigo, argumento que a ampliação na escala das intervenções voltadas para as favelas – as obras do PAC em geral, mas em particular o projeto de Manguinhos – é constitutiva de uma mudança qualitativa nos objetivos e resultados das atuais políticas públicas para as favelas da cidade. Assim, a fim de compreender os efeitos das obras do PAC em Manguinhos e em outros lugares é necessário ir além das intervenções urbanísticas e se voltar para o contexto mais amplo em que os programas de urbanização contemporâneos são concebidos e executados, e para de que modo eles estão conectados a processos maiores de transformação urbana e social.

O PAC-Favelas foi concebido em consonância com as exigências do planejamento estratégico e de marketing urbano que vêm dando o tom da construção política, discursiva e imaginária de uma cidade apta a sediar megaeventos globais como a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016, entre outros. Do ponto de vista do planejamento estratégico, o maior obstáculo para esse processo foi a dita “crise da segurança pública”, que nas últimas três décadas vem convergindo com a ideia do chamado “problema da favela” (BANCO MUNDIAL, 2012; BURGOS *et alii*, no prelo). Nesse sentido, as obras do PAC constituem apenas um aspecto da sintaxe maior de “pacificação” das favelas ora em construção.

O termo “pacificação” remete ao programa de segurança pública lançado pelo governo do estado do Rio de Janeiro no final de 2008. Consiste na ocupação permanente de certas favelas estrategicamente localizadas, nas quais são implementadas Unidades de Polícia Pacificadora

(UPPs). Na “pacificação”, as comunidades são inicialmente ocupadas pelas forças de elite da Polícia Militar, ou pelas chamadas “forças de pacificação”, compostas por soldados do Exército ou por agentes da Força Nacional. Uma vez garantido o controle territorial, as forças especiais dão lugar a policiais militares recém-formados, que se tornam os representantes da lei e da ordem. As favelas “pacificadas” – ou seja, aquelas com UPPs – tornam-se locais privilegiados para investimentos públicos e privados em programas sociais, bem como para a ampliação da provisão de serviços públicos e a formalização dos serviços e empresas existentes (BANCO MUNDIAL, 2012; CANO, 2012). A distribuição espacial das UPPs no Rio de Janeiro não deixa dúvidas: privilegiam-se os locais turísticos, a Zona Sul em particular, e as áreas onde os eventos esportivos serão realizados<sup>4</sup>. O programa sela um novo pacto com o setor empresarial na gestão da cidade, com o estabelecimento de parcerias público-privadas que parecem garantir fundos ilimitados ao projeto. Desde 2008, 28 unidades foram estabelecidas para garantir a pacificação de cerca de cem favelas<sup>5</sup>.

Abordar as deficiências ou efeitos a longo prazo desse programa fugiria ao escopo deste artigo. O que importa aqui é salientar que o acoplamento entre as intervenções em larga escala do PAC e as UPPs articula uma gramática de controle social das favelas, que constitui a política de remodelação urbana prevista pelo projeto do Rio como cidade olímpica: é a gramática da *PACificação*. Os efeitos dessa combinação de urbanização e militarização – e do novo patamar alcançado por ambos os tipos de intervenção – abre uma série de disputas, oportunidades e desafios para o exercício dos poderes locais. Do ponto de vista da vida diária nas favelas, essas reconfigurações criam novas mediações e mediadores para gerenciar o deslocamento de pessoas e a distribuição de chaves para apartamentos em novos conjuntos habitacionais, e também a intermediação de oportunidades de emprego nas obras de construção civil.

Em outras palavras, se as intervenções do PAC-Favelas não são novas em si mesmas, sua justaposição com o programa das UPPs no Rio de Janeiro aponta para uma experiência em escala sem precedentes. Essas transformações abalam velhas certezas, como, por exemplo, a da geografia

4 O “cinturão olímpico” formado pelas favelas com UPPs segue de perto as prioridades do novo grande programa de urbanização desses espaços, o Morar Carioca. O objetivo alegado é o de urbanizar todas as favelas da cidade até 2025. Mas sua prioridade são aquelas localizadas nas proximidades de áreas que receberão eventos relacionados aos Jogos Olímpicos.

5 Atualmente, mais de 3.500 policiais fazem parte do programa. O governo do estado espera ter estas unidades operando em 40 territórios até 2014, atingindo um total de 750 mil pessoas, com o emprego de 12 mil policiais. A UPP Social, a fase de desenvolvimento social do programa, concebida pelos governos estadual e municipal para coordenar as intervenções de desenvolvimento social e urbano nas favelas, está ativa em todos eles. Ver Banco Mundial (2012). Após a conclusão desta pesquisa, Manguinhos foi ocupado pelas “forças de pacificação”.

da presença visível de armas e drogas na cidade, que, por décadas, havia governado os usos e as disputas em torno do espaço das favelas. O programa das UPPs, em especial, insere a possibilidade de transformação no horizonte diário de pessoas que há décadas têm o seu cotidiano permeado por incertezas. Se, por anos a fio, a incerteza cotidiana se expressava, principalmente, na expectativa do próximo tiroteio ou da próxima incursão policial (CAVALCANTI, 2008), hoje as origens e os significados dessa incerteza mudaram. A imaginação de uma nova ordem, cujos sentidos ou contornos não são convergentes ou homogêneos, torna-se possível. Ao avanço territorial das UPPs somam-se os entulhos das obras de urbanização que também transformam a paisagem das favelas. Essa justaposição produz a sensação de uma transformação iminente, mesmo em áreas onde a UPP ainda não chegou (BURGOS *et alii*, no prelo). Ou seja, os moradores estão à espera de algo acontecer. Em Manguinhos, em tempos de PAC e UPP, tudo está mudando e pode mudar, mas, por enquanto, nada mudou. É o que contam os moradores.

Este estudo captura, assim, um momento em que regimes de informalidade urbana há muito sedimentados sofrem o impacto de uma série de fenômenos perturbadores.<sup>6</sup> E, apesar de este artigo contribuir para a desconstrução da ideia de “entrada” ou “chegada” do Estado por meio de ocupações militares ou projetos de urbanização, um dos argumentos aqui desenvolvidos é o de que as transformações impostas pelo PAC às estruturas cotidianas de autoridade na favela afetam relações de poder e de mediação política há muito tempo estabelecidas. Nesse sentido, volto-me para o papel desempenhado pelos novos sujeitos políticos, ou mediadores, que atuam precisamente nos interstícios entre as múltiplas estruturas de informalidade constitutivos da vida cotidiana nas favelas cariocas, e ao modo pelo qual os usos e as apropriações do ambiente acomodam a nova lógica de produção do espaço no Rio de Janeiro pré-olímpico.

Para tanto, começo por esboçar o modo como o PAC-Favelas e o programa de pacificação articulam um regime distinto de (in)visibilidade das favelas na paisagem urbana, que ressignifica os contrastes sociais e as fronteiras historicamente constituídas como o espetáculo de sua incorporação à cidade dita formal. Relato, então,

6 Este artigo se baseia nas pesquisas de campo realizadas entre maio de 2010 e janeiro de 2012 nas comunidades do Complexo de Manguinhos para dois diferentes projetos de pesquisa. Um deles foi um estudo de caso etno gráfico e histórico da fábrica de leite que se transformou em favela, já implodida, conforme mencionado. O segundo projeto abarcou todo o Complexo de Manguinhos e foi centrado na percepção dos moradores a respeito das UPPs. Manguinhos foi incluído em um projeto maior de análise qualitativa do programa de pacificação das favelas como um caso-controle, pois não contava com uma dessas unidades. A pesquisa de campo centrou-se, assim, na percepção dos moradores a respeito das obras do PAC e das recentes mudanças na cidade como um todo (BANCO MUNDIAL, 2012; CAVALCANTI, FONTES e BLANK, 2012).



um pouco da história recente do Complexo de Manguinhos, com especial atenção para as consideráveis transformações sofridas por seus espaços ao longo dos últimos anos, em particular em função da economia do crack, das próprias obras do PAC e da recente ocupação militar do Complexo do Alemão, em novembro de 2010. Retorno, a seguir, a minhas notas de campo, a fim de destacar a forma como essas transformações – reais e imaginárias; passadas, presentes e projetadas – vêm afetando a política local e as expectativas para o futuro dos moradores. Finalmente, esboço algumas observações a respeito da experiência subjetiva de uma espera presente nas falas dos moradores, em minhas observações e na própria experiência de estar em Manguinhos: a sensação de que uma grande transformação está por vir, e a antecipação e a incerteza produzidas por esse contexto.

## **O PAC e a inscrição monumental das favelas na paisagem carioca**

Em janeiro de 2007, o governo federal lançou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O programa prevê uma série de investimentos estatais em obras de infraestrutura por todo o país, com o objetivo de criar as condições materiais e sociais para a promoção de investimentos privados em setores estratégicos, alavancando, assim, o crescimento econômico. O PAC define três setores estratégicos para investimentos em infraestrutura: energia, transporte e logística e desenvolvimento social/urbano. Este último se refere às obras de urbanização e de modernização a serem realizadas em comunidades e assentamentos informais. Dos R\$ 3,9 bilhões investidos no estado do Rio de Janeiro, R\$ 860 milhões seriam destinados à urbanização das favelas do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho, na Zona Sul da cidade; da Rocinha, na fronteira entre as Zonas Sul e Oeste; e das 13 comunidades componentes do Complexo do Alemão, na Zona Norte, próximas às 14 comunidades agrupadas pelo programa no Complexo de Manguinhos (TRINDADE, 2012).

Lançar mão de investimentos de larga escala em favelas como um meio de promover o crescimento econômico não é uma estratégia política sem precedentes no Rio de Janeiro. Como se sabe, a história das políticas públicas destinadas às favelas da cidade remonta à década de 1940 (BURGOS, 1998; VALLADARES, 2005; SILVA, 2005). Na década de 1960, programas de remoção em grande escala arrasaram muitas favelas da Zona Sul, implantando o modelo de construção de grandes conjuntos. No final dos anos 1970 e durante toda a década de 1980, os programas de remoção de favelas praticamente desapareceram, dando lugar a esforços de urbanização como o Projeto Rio, nos anos 1970 (mais uma iniciativa financiada pelo governo federal), e os projetos Mutirão e Mutirão Remunerado, implementados pela prefeitura. Os últimos foram, em grande parte, resultado de metodologias improvisadas de urbanização de favelas – o Estado financiava a prática já consolidada do mutirão, que moradores empregavam havia décadas na melhoria de suas casas e dos espaços públicos da comunidade. Esses experimentos de pequena escala foram, no entanto, cruciais para o estabelecimento das condições institucionais, das rotinas e do pessoal que viria a implementar a Secretaria Municipal de Habitação, criada em 1993 para promover a urbanização das favelas. Mas sua função e estrutura consolidaram a separação entre as rotinas de planejamento urbano para favelas e assentamentos informais e as práticas cotidianas da Secretaria de Urbanismo, cuja missão permanece circunscrita a intervenções urbanísticas na dita cidade formal.

Entre 1993 e meados dos anos 2000, a Secretaria Municipal de Habitação implementou o projeto Favela-Bairro, programa fundamental na consolidação das favelas cariocas. Seus projetos compreendiam obras de urbanização, modernização da infraestrutura das favelas, construção de espaços públicos e de equipamentos para a prestação de serviços sociais, como escolas, creches e postos de saúde. O programa selou a ruptura com os projetos de remoção ao propor a retirada apenas de famílias que viviam em áreas de risco (especialmente as zonas sujeitas a inundações e deslizamentos). Substituiu, assim, antigos projetos, valendo-se da premissa de urbanização com um componente “social”, ou seja, incorporando aos projetos de intervenção aquela

prestação de serviços, além de iniciativas promotoras de geração de renda. Em suas duas primeiras fases, financiadas, cada uma, por um empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor de US\$ 300 milhões, o programa atingiu mais de 150 comunidades e cerca de 25 assentamentos informais em toda a cidade.<sup>7</sup> A terceira fase foi incorporada às obras do PAC. Mas talvez o legado mais duradouro e significativo do Favela-Bairro tenha sido criar as condições para o aumento da formalização da propriedade nas favelas da cidade.

Esse breve panorama evidencia um processo de escalada de investimentos públicos nas favelas, que se traduz também no reconhecimento do direito à moradia de famílias que, durante décadas, conviveram com constantes ameaças de remoção. Essa é também a história da construção de um consenso sobre como lidar com o “problema da favela”: se o aumento dos índices de violência e o controle territorial do tráfico de drogas sobre áreas consideravelmente vastas do espaço urbano são resultado de uma suposta “ausência” do Estado, então a “solução” para esse “problema” é, por definição, a “chegada” do Estado a esses territórios. O Favela-Bairro também conviveu com um programa de policiamento comunitário, ainda que em menor escala, conhecido como Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais (GPAE), implementado no final da década de 1990 e início dos anos 2000.<sup>8</sup> Assim, nem os projetos de urbanização de favelas nem a combinação com ocupações policiais constituem novidades na paisagem política e urbana do Rio de Janeiro – pelo contrário, é essa justaposição que caracteriza o processo histórico de consolidação das favelas cariocas –, embora a escala e o escopo ambiciosos do PAC e das UPPs sejam sem precedentes.

Mas há outra característica que singulariza as intervenções do PAC quando comparadas às iniciativas anteriores de urbanização: o modo como o programa opera a inscrição da favela na paisagem da cidade. A justaposição das obras de urbanização com os discursos e as performances da “pacificação” propaga uma mensagem poderosa. Os projetos do PAC têm fortes efeitos sobre a paisagem urbana ao combinar os seguintes recursos: eles conferem ênfase à favela como cenário, são visíveis a grandes distâncias e enfatizam as conexões ou passagens entre a favela

7 Sobre isso, ver o verbete “Favela Bairro”, de minha autoria, no *Dicionário da Política Fluminense* (Finep/CPDOC-FGV, no prelo).

8 Burgos et alii (no prelo).

e a chamada cidade formal. Desse modo, eles produzem um regime ambíguo de (in)visibilidade desse espaço, na medida em que não é a favela, como tal, que sobressai na paisagem, mas o espetáculo de sua “integração” à cidade.

Essa característica é particularmente visível na passarela projetada por Oscar Niemeyer, localizada em frente à saída do Túnel Zuzu Ângel, que conecta a Zona Sul à Zona Oeste, região cujas fronteiras se expandem continuamente com a proliferação de altas torres de condomínios fechados. A passarela liga a Rocinha – há décadas rotulada como a “maior favela da América Latina” – a um enorme centro desportivo construído para atender à comunidade (Figura1).

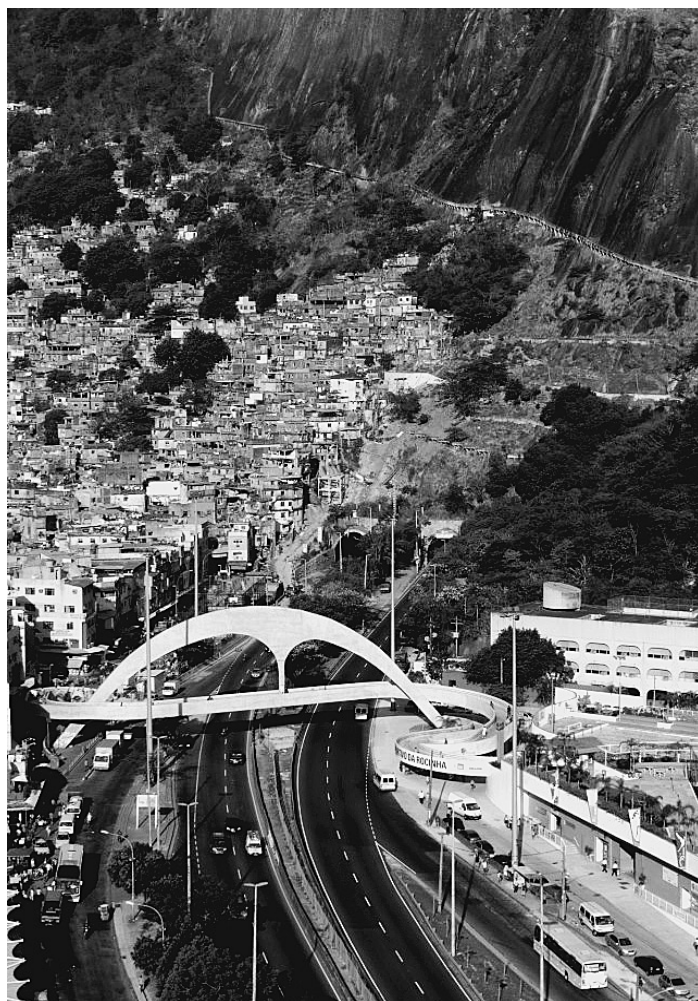


Figura 1: foto de Daniela Fichino

Na época da inauguração, as edificações da parte inferior do morro foram pintadas em tons coloridos.<sup>9</sup> O conjunto produz uma poderosa ressignificação dos contrastes sociais que há muito constituíram o imaginário acerca dos conflitos sociais e da violência urbana associada ao Rio de Janeiro, em geral, e a suas favelas, em particular.<sup>10</sup> A passarela e os arredores da favela marcam, a um só tempo, a presença do Estado e o espetáculo da integração da favela.<sup>11</sup> No morro que separa as praias mais famosas do Rio de Janeiro – Copacabana e Ipanema –, um enorme elevador, construído pelo PAC, conecta agora as favelas que se espalham por suas encostas até a estação de metrô da Praça General Osório (Figura 2).



Figura 2: Foto de Rosilene Milliotti

Seu design futurista pode ser avistado tanto da Praia de Ipanema quanto da Lagoa Rodrigo de Freitas, cartão postal no coração da Zona Sul, novamente obliterando a favela na paisagem urbana. O olhar é atraído para a conexão, para um suposto modelo e discurso de integração entre a favela e a cidade.

As obras do PAC, em suma, inauguraram um regime distinto de (in)visibilidade dessas comunidades na paisagem urbana, na medida em que, deliberadamente, ressignificam os contrastes e as fronteiras sociais historicamente constituídas, ao ressaltar o espetáculo de sua incorporação à cidade através de grandiosas obras de infraestrutura e “pacificação”. Isso é particularmente fácil de visualizar no caso da paisagem produzida pelas

9 Assim como o projeto de urbanização da Mangueira, o do Morro Santa Marta, realizado pelo governo do estado do Rio de Janeiro no final dos anos 2000 também utiliza tons coloridos nos prédios próximos a um plano inclinado construído para ligar as áreas mais altas da favela no nível da rua. O conjunto oferece um bom cenário para as imagens da primeira UPP.

10 No caso da Rocinha, essa ressignificação é particularmente poderosa. A ideia de que um dia a Rocinha “desceria” o morro constituía, nos anos 1980, uma metáfora fértil para expressar os medos e as ansiedades da classe média com relação às desigualdades sociais.

11 Ver: Thum (27/06/2010).

obras no Complexo do Alemão. Sua assinatura é o teleférico, cujas estações são visíveis à distância, desde a Linha Vermelha, via expressa que liga o Aeroporto Internacional ao Centro e à Zona Sul. A Linha Vermelha também corta as favelas que compõem o Complexo da Maré, onde vivem mais de 100 mil habitantes, supostamente beneficiados pela instalação de uma barreira que lhes confere isolamento acústico, mas que também bloqueia a visão das comunidades por aqueles que trafegam pela via expressa. Muitos movimentos sociais questionaram a dubiedade dessa iniciativa, denunciando o objetivo último de esconder as favelas dos olhos dos turistas que seguem seu caminho até a paradisíaca Zona Sul, local de concentração de hotéis e turistas. A incongruência da barreira à prova de som tornou-se ainda mais evidente ao ser decorada com pinturas *naïf* retratando motivos da cultura popular brasileira – entre os quais figuram as favelas da cidade.

Assim, na Linha Vermelha, a nova lógica de (in) visibilidade na paisagem urbana vai ainda mais longe: ela substitui a favela “real”, escondida atrás da “barreira acústica”, por uma representação romantizada. O olhar do turista é atraído para as pinturas, que bloqueiam a visão dos arredores. Mas, se o olhar se move para além da barreira acústica, a favela volta a chamar a atenção – agora à distância, alastrando-se aos pés do sistema do teleférico, que se espalha por cinco diferentes cumes. As estações e a concepção geral do transporte são assinadas por Jorge Mario Jáuregui, arquiteto argentino notabilizado pelos projetos de urbanização de comunidades carentes, e cujos desenhos ilustram muitos dos manuais de “boas práticas” dos *thinktanks* de políticas públicas, como o BID e o Banco Mundial. O modelo foi inicialmente implementado em Medellín, na Colômbia, e importado para o Rio pelas obras do PAC. As estações são iluminadas à noite (figura 3), encobrindo as favelas do velho subúrbio industrial e ofuscando marcos históricos da cidade, como a Igreja da Penha, um dos locais turísticos mais antigos da região, que costumava pairar solitária e majestosa acima das colinas.



Figura 3: foto de Mariana Cavalcanti

Nas favelas “pacificadas” – Rocinha, Alemão, Cantagalo, Pavão-Pavãozinho –, as UPPs também se impõem por meio de marcos que as acentuam na paisagem. Iluminados à noite e nitidamente visíveis de dia, grandes painéis pairam sobre as encostas, anunciando as siglas do projeto de segurança pública, ao lado de novos e coloridos conjuntos habitacionais e de experimentos futuristas de transporte alternativo. Os edifícios das UPPs também são visíveis de longe, a partir da dita cidade formal, de modo a também “pacificar” a ansiedade da classe média, que por mais de duas décadas testemunhou os tiroteios constantes nas favelas e considerou-se vítima virtual do comércio de drogas.

Em Manguinhos, a performance estatal evoca os idiomas das *plazas* coloniais hispano-americanas de que tratou Angel Rama (1996): em meio a uma vasta extensão de favelas no antigo subúrbio industrial, uma grande praça com canteiros de grama cartesianamente distribuídos abriga, agora, uma série de novos equipamentos sociais. Antigamente, o terreno abrigava um depósito de suprimentos do Exército – que continua a emprestar o nome pelo qual os moradores se referem à área, DSup. Hoje, há ali uma escola-modelo, que funciona em um antigo prédio do Exército, completamente restaurado ao esplendor de outrora. À sua frente, no lado oposto da praça, há uma grande e bem equipada biblioteca pública, que logo contará com uma sala de concertos e uma de cinema, ainda em construção. O prédio da biblioteca, também projetado por Jáuregui, abriga ainda o Centro

de Referência da Juventude e o Centro de Apoio Jurídico, além dos escritórios de vários programas governamentais que vêm sendo implementados na área de Manguinhos, incluindo o PAC. E em um pequeno prédio no meio da praça funciona a Casa da Mulher. Na extremidade do terreno do DSUP, uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA), de saúde, sobressai na paisagem, disposto abaixo de uma grande placa indicativa, também iluminada à noite.

A mensagem aqui é eloquente: o Estado chegou. E sua majestosa “chegada” terá nova confirmação com a reforma de mais um antigo espaço industrial. A apenas algumas centenas de metros, bem no centro da chamada “Faixa de Gaza”, os moradores de Manguinhos têm testemunhado, há mais de um ano, a construção da Cidade da Polícia, um grande complexo que concentrará forças policiais especializadas. O governo se refere a ele como um dos três grandes centros de operações policiais atualmente em construção, que virão a tornar-se um Complexo de Segurança.<sup>12</sup> No momento da realização desta pesquisa, não havia qualquer anúncio formal indicando a instalação de uma UPP em Manguinhos – mas, ainda assim, um fluxo constante de rumores envolvendo a Cidade da Polícia e a UPP permeava as conversas diárias. Os sons incessantes de construção emanando do outrora abandonado complexo industrial produziam uma sensação de mudança iminente, que parecia ser confirmada pela proliferação de ruínas e de mudanças espaciais trazidas pelas obras do PAC.

Em outras palavras, há um recurso estético nas obras do PAC que não estava presente nas iniciativas anteriores: a forma como a “integração” entre a favela e a cidade é simbolizada como espetáculo urbanístico. Trata-se de uma estética completamente diferente daquela verificável, por exemplo, no programa Favela-Bairro, ilustrada em imagens do tipo “antes e depois” em publicações da Unesco e do BID. Ali, o principal efeito estético era o de produzir melhorias comparativas em pequena escala. Poucas obras do Favela-Bairro são visíveis do lado de fora das comunidades.<sup>13</sup> Com algum exagero, podemos dizer que, se o Favela-Bairro foi Jane Jacobs, as obras do PAC são Robert Moses. Assim, se o maior legado do programa anterior foi a inclusão das favelas nos mapas oficiais da cidade, o do PAC será a inscrição definitiva da favela na paisagem urbana. E é o que ocorre nesse novo contexto que discuto a seguir.

12 O Complexo de Segurança também abrange a já mencionada sede do Bope e o Centro de Comando e Controle (CCC), localizado no Centro do Rio, e que congregará as atividades de vigilância e de inteligência.

13 Uma exceção é o projeto urbanístico da Favela da Mangueira, uma das mais famosas do Rio de Janeiro devido a sua tradicional escola de samba. As unidades habitacionais e a estrada ali construídas são visíveis a partir das principais vias expressas da cidade. O projeto foi assinado pelo arquiteto Paulo Casé, responsável também pelo projeto urbanístico de Ipanema, realizado simultaneamente.



A aposta é que a justaposição das transformações espaciais trazidas pelo PAC com os efeitos remotos do projeto das UPPs afeta arranjos de poder consolidados que durante décadas estruturaram a vida cotidiana em Mangueiros. Assim, a política local e as expectativas futuras são hoje moldadas por forças que parecem ainda maiores ou mais abrangentes do que os comandos de drogas ou os atores políticos locais. Entretanto, a “chegada” do Estado parece reforçar as estruturas de autoridade do tráfico de drogas em muitos aspectos. É sobre essas questões – a política local e as expectativas futuras dos moradores – que me debruço nas próximas páginas.

### **A ‘complexidade’ de Mangueiros**

O Complexo de Mangueiros está localizado no subúrbio do Rio e detém a quinta pior colocação no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da cidade. O complexo corresponde a um agrupamento de 14 favelas, ocupações e conjuntos habitacionais que, juntos, respondem por uma população de 31.432 habitantes, de acordo com o censo domiciliar realizado pelo PAC em 2008-2009. Em oposição às arquetípicas comunidades de morros da Zona Sul, que compõem uma paisagem de acentuados contrastes sociais, em Mangueiros a favela se estende até o horizonte, em meio às ruínas de fábricas, muitas delas depredadas e abandonadas, ou ocupadas e incorporadas às favelas circundantes, e se mistura aos conjuntos habitacionais construídos ao longo do século XX. O complexo é cercado por outras grandes favelas, como a do Jacarezinho, e mesmo por outros complexos, como o do Alemão e o da Maré, com os quais compartilha uma história comum ligada à implantação, em 1940, de uma zona industrial suburbana. As fábricas da região funcionaram plenamente até a década de 1970, alimentando um fluxo constante de migrantes para as comunidades do entorno. Na década de 1980 e, particularmente, na de 1990, no entanto, o declínio associado à reestruturação produtiva foi potencializado pela intensificação das rotinas territorializantes da criminalidade violenta do tráfico de drogas.

Manguinhos constitui o núcleo de uma vasta região historicamente dominada pelo Comando Vermelho (CV), a mais velha das três bem estabelecidas “facções” de tráfico atuante na cidade. Essa localização estratégica fez com que a área se mantivesse relativamente protegida dos ataques da polícia e de facções rivais. A apropriação dos espaços públicos da favela pelas rotinas do tráfico e do consumo de drogas alcançou novos patamares se comparada à ostensividade em outros morros das zonas Sul e Norte. Todas as atividades relacionadas ao comércio de drogas são mais visíveis, seja a venda, a vigilância ou o consumo. Se em outras favelas as “bocas” (ou pontos de venda) são transitórias, aqui elas se tornam equipamentos permanentes. As drogas são expostas em grandes barracas de feira, e os traficantes esperam seus clientes sentados em sofás. A venda e o uso de crack, maconha e cocaína ocorrem abertamente em diversas áreas do complexo e se concentram nas calçadas de bares e bordéis, onde viciados de todas as idades prostituem-se, dinâmica que transborda para os arredores da comunidade. As rotinas diárias por meio das quais o tráfico exerce e reproduz o seu poder – tais como a exposição de armas, o uso da força violenta e a demonstração reiterada do domínio sobre o espaço (que compreende desde eventuais execuções em áreas públicas até o bloqueio de ruas e becos) – são mais ostensivas do que na maioria das favelas da cidade, mesmo antes da implementação das UPPs. Essa exacerbação das rotinas do tráfico em Manguinhos também significa que as incursões policiais são, via de regra, mais violentas do que em outras regiões. A polícia raramente entra em Manguinhos ou no Jacarezinho sem o auxílio do Caveirão (como são conhecidos os veículos blindados da Polícia Militar). A atmosfera militarizada justifica a proliferação de metáforas associadas a zonas de guerra para denominar as microrregiões da favela (como Coreia ou Gaza). Tudo isso a quatro estações de metrô ou 20 minutos de ônibus do Centro do Rio.

O declínio da região aprofundou-se em 2005, com o fim da proibição de venda de crack no Rio de Janeiro pelo CV e por outras facções (ROSALES e BARNES, 2011). Quase que imediatamente surgiram as “cracolândias” – como a mídia e os vizinhos desses espaços a eles se referem –, onde quer que o tráfico de drogas tenha permitido sua instala-

ção. Manguinhos e Jacarezinho contavam, no momento da pesquisa, com as maiores “cracolândias” da cidade. Ao longo dos trilhos de trem que atravessam o Jacarezinho e nos campos de futebol construídos pelo PAC na região conhecida como “Coreia”, no núcleo do complexo de Manguinhos, centenas de usuários deixavam rastros de lixo e entulho. As “cracolândias” podem ser identificadas de longe pelas dezenas de copos de plástico, que se transformam em cachimbos improvisados. Lá se acumulam resquícios dos modos como os usuários de crack garantem sua subsistência – como a venda de fios de cobre roubados dos trilhos todas as noites – e que se juntam ao consumo, reciclagem e revenda de lixo coletado em fábricas abandonadas. Mercados informais de lixo, de itens roubados e de serviços sexuais funcionam no entorno desses espaços em tempo integral. Os locais e os odores dos “cracudos” produzem uma série de distúrbios, que vão desde conflitos com os moradores próximos das “cracolândias” até eventualmente sua execução por traficantes. A economia do crack é em si um tanto marginal em relação ao tráfico da cocaína, compondo uma estrutura paralela de vendas também desvalorizada nas hierarquias do tráfico. A instalação das “cracolândias” nas favelas de Manguinhos e do Jacarezinho tornou-se problemática, mesmo do ponto de vista dos mecanismos de controle social implantados pelo próprio tráfico para garantir seu domínio territorial nas comunidades. Em junho de 2012, quando eu já havia deixado o campo, os traficantes locais impuseram a proibição da venda de crack como uma medida desesperada para retomar o controle sobre o espaço da favela, já que a operações de “limpeza” das “cracolândias” atraíam constantes incursões policiais.

Esse cenário parece atestar a ideia simplista de um “Estado ausente” ou do desaparecimento de qualquer coisa parecida com a ordem pública em Manguinhos. Mas, como venho insistido ao longo deste artigo, os regimes de informalidade urbana nunca são tão simples. A própria ideia de um “Complexo de Manguinhos” (cujos moradores não necessariamente reconhecem como tal) é um efeito de realidade da construção social desse agrupamento de comunidades como uma unidade administrativa pelo Estado, em meados dos anos 1990, ou seja, como parte do processo maior de

consolidação das favelas na cidade. Diferentemente do que sugerem as representações de Manguinhos como um lugar “esquecido” ou como um “depósito de pessoas” – comuns inclusive entre os moradores –, a história social e espacial desse local impõe uma análise mais complexa de seu processo de formação. Na verdade, a maioria das comunidades integrantes do Complexo de Manguinhos foi criada, em alguma medida, pelo Estado. São o produto de uma história não canônica de políticas públicas voltadas para as favelas da cidade durante o século XX. Assim, como já mencionado, Manguinhos revela-se não como uma região da qual o Estado é ausente, mas como um lugar que tem funcionado como um laboratório para as políticas de habitação de baixa renda durante a maior parte do século XX.

O mais recente capítulo dessa história não canônica das políticas públicas de habitação no Rio de Janeiro permanece tão invisível quanto muitas das outras políticas que incorporaram diferentes comunidades ao Complexo de Manguinhos. Trata-se da refuncionalização de antigas áreas industriais abandonadas, que vêm sendo transformadas em conjuntos habitacionais. Essa não é uma novidade trazida pelo PAC; por todo o antigo subúrbio industrial, antigas fábricas vêm cedendo lugar a conjuntos habitacionais, que muitas vezes guardam no nome a origem de espaços fabris, seja pela negociação de terrenos já ocupados, seja pela refuncionalização pura e simples.

Em Manguinhos, essa refuncionalização – salvo o caso do DSUP, que pode ser considerado como remanescente de um espaço estruturado pelo mundo da indústria – encontra-se necessariamente ligada à ocupação anterior de antigos sítios industriais, e por isso o nome de antigas fábricas continua a designar áreas agora estabelecidas como locais de moradia. A primeira ocupação em Manguinhos se deu em um antigo terreno dos Correios. Na década de 2000, uma série de outras ocupações deu origem a novas “comunidades”, rapidamente incorporadas, para fins administrativos e políticos, ao Complexo de Manguinhos.

A política dessas ocupações é uma complexa junção de diferentes (se não conflitantes) lógicas organizativas que tornam visíveis as estruturas de informalidade historicamente constituídas na cidade que, nas últimas décadas, se conecta-

ram também ao controle territorial exercido pelo tráfico de drogas. Em cidades como São Paulo, por exemplo, as ocupações de prédios abandonados são realizadas por movimentos sociais, envolvidos em batalhas jurídicas que manejam a linguagem dos direitos, com lastro na Constituição de 1988 e no Estatuto da Cidade. Mas, nos antigos subúrbios industriais do Rio, as “ocupações” são, significativamente, apresentadas por seus agentes – ou seja, pelos próprios “ocupantes” – como “invasões”. Essas “invasões”, aprende-se em conversas informais no campo, são muitas vezes realizadas ou organizadas com a ajuda dos traficantes. Há relatos – corroborados por vários moradores de Manguinhos – de que, por ocasião da ocupação de determinada fábrica abandonada, membros do tráfico de drogas fizeram as vezes de agentes do Estado, a fim de garantir os interesses dos “trabalhadores” mais necessitados entre aqueles que aguardavam por um local na ocupação. Além de mimetizar as ações do Estado, produzindo um cadastro de famílias, o tráfico fiscalizava a ocupação para garantir que esta ocorresse de forma ordenada. Em outros casos, como na ocupação da antiga fábrica de leite, os traficantes locais mediarum um acordo entre os líderes da ocupação e os antigos distribuidores da fábrica, que haviam garantido a posse de alguns armazéns junto aos próprios donos. A liderança da comunidade da antiga fábrica de leite atuou no episódio como conciliadora, e manteve-se “no comando”, como ela mesma coloca, durante os nove anos que separaram um café da manhã para essa conciliação e a data de implosão dos antigos prédios, em janeiro de 2012 (CAVALCANTI e FONTES, 2011).

Esse episódio é em si significativo do grau de espraio das estruturas de autoridade do tráfico. Não há ganhos financeiros ou de gestão das atividades do comércio de drogas na constituição de tais ocupações. No entanto, esses processos reforçam suas estruturas gerais de autoridade e principalmente seu controle territorial sobre o espaço das favelas. O que há de mais intrigante aqui é o emprego da linguagem dos direitos pelos traficantes e as formas contraditórias pelas quais uma situação de violento controle territorial acaba abrindo caminhos inesperados para o reconhecimento dos direitos de moradia dos “invasores” em questão. As obras do PAC incorporaram duas dessas comunidades ao Complexo de Manguinhos.

A antiga sede da Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel) quando ainda era estatal foi desocupada em 2010 e teve as suas instalações demolidas. Como ocorreu com os moradores da antiga fábrica de leite, os moradores da ocupação da Embratel foram temporariamente contemplados pelo programa de aluguel social, e posteriormente reconduzidos a um novo conjunto habitacional de fachadas coloridas. O cotidiano do conjunto foi rapidamente incorporado às lógicas territoriais do tráfico. No momento em que escrevo, lembremos, os moradores da fábrica de leite implodida encontram-se realocados e aguardam a conclusão dos edifícios, atualmente em fase de construção. Valer-se de “invasões” como um modo de garantir o direito à moradia tem sido, do ponto de vista dos moradores de Manguinhos, uma iniciativa muito bem-sucedida. Desde o início das obras do PAC, centenas de famílias tiveram seu direito habitacional reconhecido pelo Estado. Nesse processo, milhares de antigos “invasores” tornaram-se proprietários de suas casas.<sup>14</sup>

O surgimento das “cracolândias”, em 2006 e 2007, coincidiu com e foi potencializado pelo início das obras do PAC em 2008, e teve um impacto considerável sobre os espaços públicos de Manguinhos. Com a demolição de dezenas de casas e a construção de vários novos edifícios públicos, as “cracolândias” originais da região, que se concentravam no entorno do Complexo, foram empurradas para o interior das comunidades. Na época da pesquisa, a região de fronteira entre as comunidades da Coreia e da Vila Turismo havia se tornado uma grande “cracolândia”, espalhada ao longo de três campos de futebol, um deles construído pelo PAC, mas já coberto de lixo e de detritos relacionados à vida cotidiana dos “cracudos”. Ou seja, o surgimento das ditas “cracolândias” e as obras do PAC trouxeram perturbações para a vida cotidiana em Manguinhos. Mas essas mudanças foram apreendidas como “mais do mesmo” pelos moradores, que em suas falas insistentemente denunciavam certo urbanismo de fachada, ou obras de “maquiagem” realizadas no entorno. Isto é, os moradores reconheciam as transformações no espaço, mas denunciavam que essas mudanças não traziam consigo novidades para além das relações já conhecidas com o Estado.

14 Legalmente, eles têm direito por cinco anos sobre os apartamentos recebidos, mas somente após esse período serão seus proprietários e estarão autorizados a vendê-los. No caso do conjunto habitacional construído no local da antiga sede da Embratel, os traficantes apossaram-se de certas unidades e as negociam com os compradores de acordo com suas próprias regras. No campo também ouvimos relatos de negociações informais de apartamentos. Em suma, garantir posse das moradias parece ter aberto inúmeras possibilidades e esquemas de informalidade urbana.

Nada contribuiu mais para a crescente sensação de incerteza e de espera em Manguinhos do que a ocupação do Complexo do Alemão, em novembro de 2010, como parte do projeto de pacificação. Até o final daquele ano, as operações estratégicas do Comando Vermelho, como o armazenamento de armas e a distribuição regional de drogas para as favelas da Zona Sul, concentravam-se no Alemão. Consequentemente, Manguinhos ingressou, involuntária e inesperadamente, na era das UPPs, ao herdar muitas das funções estratégicas nas operações do CV.

A ocupação do Alemão teve dois efeitos principais sobre o cotidiano dos moradores de Manguinhos: em primeiro lugar, a região passou a abrigar muitos traficantes que estavam escondidos no Alemão. O assunto veio à tona em várias conversas informais, sempre como fonte de ansiedade. De acordo com uma jovem de 26 anos, mãe de quatro filhos, “as coisas estão piorando”, porque “nós sempre ouvimos de algum fulano ou sicrano que veio de algum lugar onde tem UPP”. Um segundo efeito concreto da instalação de UPPs em outras favelas foi Manguinhos ter absorvido muitos dos clientes das “bocas” do Alemão. Esse efeito é perceptível, principalmente, na migração de usuários de crack que vieram a engrossar, de um dia para o outro, as fileiras das “cracolândias” do Complexo.<sup>15</sup> Assim, o período experimentado em outras favelas como de “pacificação” – ou, pelo menos, o virtual desaparecimento das armas pesadas em circulação – em Manguinhos viu-se traduzido em um aumento da escala e da visibilidade da economia da droga, bem como do fluxo de estranhos nos becos e esquinas da comunidade. Os moradores expressam, assim, uma grande dose de ansiedade: um mundo no qual o equilíbrio de forças parecia precário hoje se encontra manifestamente instável.

No entanto, os efeitos da ocupação do Complexo do Alemão se estendem para além da economia do tráfico de drogas – tornou a ideia das UPPs mais concreta para os moradores de Manguinhos. A proximidade espacial entre os conjuntos de favelas abriu a possibilidade de a “pacificação” também ocorrer ali. Um pastor evangélico, explícito em seu apoio ao projeto, resumiu de forma clara as fontes e os fundamentos dessa antecipação:

15 A pesquisadora Kristina Rosales, bolsista da Fulbright que pesquisava as “cracolândias” do Complexo do Alemão ao tempo de sua ocupação, por exemplo, viu seu campo mudar da noite para o dia para a região de Manguinhos e do Jacarezinho.

Até onde eu sei, já está vindo para cá. A próxima a ser pacificada é a Mangueira, não é, que é muito perto daqui. Eles estão criando a Cidade da Polícia ali, no Jacarezinho, em Manguinhos. O governo do estado está trabalhando (...) para dominar essa comunidade inteira aqui, esse lugar inteiro, o Rio de Janeiro todo, certo?

O relato sugere a ideia de que as UPPs estão fechando o cerco, o que equivale a uma percepção dessas unidades como um processo desdobrando-se no tempo e no espaço e se aproximando de Manguinhos. Um antigo morador conjugou em tempo futuro a chegada da UPP, ao ser perguntado se ele achava que o complexo teria um algum dia: “Não haverá mais armas. O tráfico de drogas vai ser mais discreto.” E, depois, ele reconheceu a dificuldade de ressignificar a imagem da polícia:

Vamos ter que reunir os jovens, mostrar aos jovens para quê a polícia serve, que eles não vêm apenas para fazer tiroteios e prender pessoas. Eles precisam ver o policial como alguém que pode ajudar e não como um predador.

Que os moradores possam imaginar um mundo em que o comércio de drogas não seja o agente mais poderoso na favela e no qual a polícia possa atuar como legítima representante da lei e da ordem é, em si, indicativo de uma grande transformação na imaginação dos moradores da região. No entanto, velhas estruturas de poder tendem a ser pertinazes e suscetíveis a constantes readaptações.

### **Mais notas de campo: um encontro casual no DSUP**

Encontramos nossas assistentes locais na porta da Biblioteca Parque de Manguinhos, no local conhecido como DSUP, às margens da Avenida Dom Helder Câmara. Em campo, nosso ponto de partida era invariavelmente o antigo depósito, que, por ser uma área recém-incorporada ao Complexo de Manguinhos no âmbito das obras do PAC, também constituía ponto privilegiado de observação para nossa etnografia. Como já disse, o PAC o converteu em uma espécie de *plaza* central, congregadora de uma série de ser-



viços e equipamentos públicos instalados desde 2008 para atender às populações de Manguinhos e do Jacarezinho. O DSup passara a constituir a última fronteira de onde era “seguro” entrar no lugar sem nossas assistentes locais.

Era julho de 2011. As obras do PAC estavam em andamento desde março de 2008; os equipamentos do DSup já haviam sido inaugurados havia cerca de um ano. Eu já vinha frequentando o local e estudando as obras do PAC na região por conta de trabalho de campo no terreno vizinho, na ocupação da antiga fábrica de leite, cuja demolição se arastava havia mais de um ano além de sua previsão inicial. Mas as obras do PAC estavam longe de terminar. A elevação da linha férrea também era postergada. Além do PAC, bem no centro da região apelidada pelos jornais de “Faixa de Gaza”, o terreno da antiga gráfica da companhia Souza Cruz se encontrava cercado de tapumes havia mais de um ano, em preparação para abrigar o que será a Cidade da Polícia – cuja inauguração, inicialmente anunciada para 2011, ainda se encontra indefinida. O Complexo do Alemão – que não fica longe daqui – havia sido ocupado quase um ano antes e a Mangueira, havia apenas poucas semanas, o que aumentara consideravelmente as tensões em Manguinhos – como discutiremos também adiante.

Nossa assistente local havia sido escolhida a dedo: moradora da região desde pequena, vivera em diversas comunidades do Complexo de Manguinhos ao longo de sua vida, inclusive na ocupação que eu vinha pesquisando. Teve rápida passagem por associações de moradores ainda nos anos 1980 e 1990, e era casada com um antigo líder sindical da região. Havia sido apontada como “liderança” comunitária por diversos moradores de Manguinhos e pesquisadores da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Naquela tarde de julho, nos encontramos para fazer uma entrevista em um conjunto habitacional vizinho ao DSup. Quando partimos para lá, ouvi meu nome sendo chamado de um carro estacionado próximo à entrada da biblioteca. Reconheci a vice-presidente da Associação de Moradores da ocupação. Assim que me aproximei da janela, ela indagou, visivelmente irritada, o que eu fazia ali, com aquela “falsa liderança”.

Em meu melhor tom conciliatório, expliquei que contrata- ra as pesquisadoras por meio de contatos com a Fiocruz, e que estávamos a caminho do conjunto habitacional para fazer uma entrevista. Exasperada, ela me disse que eu deveria “abrir o olho” para as falsas lideranças. Tirou, então, o celular da bolsa e disse que ia ligar para o “presidente” do conjunto porque eu não po- deria entrar lá sem seu conhecimento, que eu tinha que entender que “em comunidade” não se pode ir entrando assim. Eu espera- va ela telefonar para o tal líder comunitário “com a melhor cara de paisagem que conseguia manter”, segundo registrei em caó- ticas anotações de campo. Quando o presidente da associação atendeu, ela explicou que eu era da FGV, que vinha trabalhan- do “com ela” havia um ano, mas que estava me encaminhando para a comunidade dele com uma “falsa liderança”. Começaram a discutir o que fazer, uma vez que ele estava na Linha Amare- la, a cerca de 10 minutos dali. A discussão não avançava. Minha interlocutora, novamente exasperada, disse: “Fala com ela!” e me passou o telefone. Expliquei que era professora da FGV, que estava fazendo uma pesquisa para o Banco Mundial sobre as transformações recentes na região, em particular o PAC, e que havia marcado uma entrevista com a tesoureira da Associação de Moradores da comunidade. Com a voz calma, porém firme, ele perguntou se eu não poderia esperar sua chegada. Eu estava prestes a aceitar a proposta quando a líder da ocupação mudou de ideia. Disse que não queria que minha assistente soubesse de nossa conversa. Propôs, então, que o presidente do conjunto me encontrasse lá. Recomendou que eu andasse lentamente.

Foi o que fizemos. No percurso, minha assistente contou que seu marido – liderança sindical e comunitária antiga do Jacarezinho – conhece há muitos anos o presidente do conjunto para o qual nos dirigíamos e que não haveria nenhum problema em entrarmos na comunidade. Afinal, estávamos a caminho da casa de uma pessoa da diretoria da Associação de Moradores de lá. Esta nos recebeu na portaria de seu prédio, no momento mesmo em que meu celular to- cava e um Honda Civic prateado fazia a curva em nossa direção. Era o “presidente”, no carro e no telefone. Ele foi extremamente gentil e receptivo, ainda que tenha demonstrado certa desconfiança de meu interesse no PAC, uma vez que possíveis obras ainda não haviam sido oficialmente comunicadas a ele. No entanto, ele desempenhou o papel de relações públicas do lugar com a facilidade de quem está acostumado a lidar com os pesquisadores e curiosos de sempre.

Como ocorre com a maioria das minhas notas de campo em Manguinhos, o trecho reúne questões que podem conduzir a análises diferentes e contraditórias, o que faz com que muitas vezes seja necessário dar um passo atrás e refazer as conexões que compõem o contexto de interação no campo.

O primeiro ponto a ser salientado é que o encontro casual com a liderança da antiga fábrica de leite só poderia ter acontecido na região do DSup. Trata-se de um tipo de encontro que depende da sociabilidade provocada por espaços públicos. Concebido, construído, ocupado e apropriado no curso dos últimos quatro anos, o DSup tem impacto considerável na sociabilidade das comunidades do Complexo de Manguinhos. Talvez não na extensão, no sentido ou na escala esperados por seus idealizadores, mas a “praça central” construída pelo PAC tem, à sua maneira, cumprido sua função planejada como uma ilha de espaço público em uma região territorializada pelo uso da força. Ele funciona como uma âncora que torna mais concreta a ideia de Manguinhos como um “complexo”, na medida em que esse é o lugar onde os assuntos públicos que dizem respeito a todas as comunidades e a seus moradores são agora resolvidos. Particularmente para os de fora, ou para pesquisadores, ele oferece um refúgio seguro para reuniões, encontros ou simplesmente para esperar sem se sentir vulnerável à vigilância do tráfico. Em um lugar onde incontáveis informantes rapidamente nos avisam que “não se deve andar sozinha”, ou seja, sem os guias locais, a própria existência do DSup torna viável uma pesquisa que, de outro modo, seria impossível. Naquele lugar podíamos ir e vir à vontade, estacionar o carro sem levantar suspeitas e apenas observar as rotinas diárias do espaço sem chamar atenção. A concentração dos recém-inaugurados e chamativos equipamentos públicos atrai pessoas de toda a região. Jovens encontram-se na praça pública depois da escola ou nos intervalos das atividades realizadas na biblioteca. É, em grande medida, uma cena muito diferente daquelas observáveis em outras áreas do Complexo.

Mas a principal questão que gostaria de levantar diz respeito às disputas em torno do que constitui uma “liderança” em Manguinhos hoje. O episódio tem consequências analíticas quando se indaga a respeito das transformações operadas pelas obras do PAC na vida cotidiana e na política locais. Assim que contratei minha assistente “nativa”, uma dos primeiros elementos para o quais ela me chamou a atenção foi

uma fotografia que eu já havia visto reproduzida em diferentes pontos na região. Ela retrata a visita do presidente Lula ao complexo, por ocasião do anúncio das obras do PAC, em março de 2008. Na imagem, estão Lula, o governador Sérgio Cabral e o prefeito Eduardo Paes, ao lado dos presidentes de todas as associações de moradores de Manguinhos. Na ocasião da inauguração das mesmas obras, várias lideranças que posaram para a foto original já não estavam mais no cargo. Eles haviam sido substituídos por novos “líderes”, alguns deles “eleitos”, outros apenas nomeados.

A explicação para a substituição é relativamente simples: antes do PAC, o papel das associações de moradores era bastante limitado. Por um lado, o cotidiano marcado pela ocorrência sistemática de conflitos violentos e a presença ostensiva do tráfico de drogas deixavam pouco espaço para qualquer efetiva influência política das associações. Ao longo do trabalho de campo, ouvimos várias histórias sobre as dificuldades enfrentadas pelas ONGs em Manguinhos, pois o tráfico de drogas queria cobrar-lhes pela atuação em seu território, ou simplesmente as intimidava. Em última instância, essa conjuntura colocava a segurança pessoal dos funcionários das ONGs em risco, isolando o Complexo ainda mais e fortalecendo o domínio territorial do tráfico. Situações semelhantes também comprometem a possibilidade de ação daqueles que dirigem as entidades. O papel das associações, sob essas condições, reduz-se a receber as correspondências dos moradores e ocasionalmente agir como porta de entrada para autoridades, pesquisadores e os poucos programas sociais implementados pelo Estado nos últimos anos.

Assim, minha entrada no conjunto habitacional é um episódio revelador de tensões inerentes às disputas por soberania no espaço da favela, assim como as diferentes estruturas de legitimação as sustentam. A assistente “nativa” evocou suas relações de longa data com a comunidade e seus laços políticos como credenciais para caminhar livremente comigo nas comunidades; a vice-presidente da ocupação lembrou-me de que eu estava em um território controlado pelo tráfico e que deveria, portanto, seguir um conjunto distinto de rotinas sociais ditadas por ela, que exerceria um papel de mediação apto a garantir minha segurança. Embora cada uma dessas estratégias seja legítima em si pelas lógicas locais, a vice-presidente repreendeu-me em minha estratégia de “dupla entrada”.

Em suma, o incidente lança luz sobre como o afluxo sem precedentes de recursos do PAC acelerou um processo de substituição de líderes ligados a associações de moradores e que faziam parte de antigos movimentos sindicais. Muitas dessas lideranças históricas protagonizaram um breve movimento associativo que floresceu logo após a abertura democrática, nos anos 1980. A maioria se retirou da política comunitária na década de 1990 e mesmo que suas trajetórias variem consideravelmente, há um padrão de migração para as ONGs ou para o Estado, onde encontram alguma margem de manobra para influenciar politicamente a vida na favela sem se sujeitarem a interações diretas com o tráfico. O sentimento geral dos moradores é que a partir dos anos 1990 as associações perderam legitimidade perante aqueles que deveriam representar.

No entanto, o fato de as associações de moradores terem se tornado internamente desacreditadas não diminui a posição estratégica que ocupam no atual cenário político. Os presidentes dessas entidades continuam a ser os principais mediadores na implementação de políticas públicas nas favelas. Com os crescentes investimentos, como a combinação entre UPP e PAC, esse papel se torna ainda mais estratégico. Mesmo que a legitimidade perante os supostos representados seja questionável, nem o Estado nem o tráfico podem prescindir dessa instância mediadora na implementação de políticas sociais. Isso não quer dizer que todos os representantes de associações sejam necessariamente submissos ou estejam sob a influência de traficantes, pois muitos foram mortos ou expulsos das favelas como resultado de sua insubordinação. Mas, para que possam desempenhar esse papel mediador, tornam-se necessários espaços de mediação, tanto em relação ao Estado quanto em relação ao tráfico de drogas.

Muitos dos aspectos gerenciais que permeiam as obras do PAC – em particular a concatenação das listas de moradores que receberão apartamentos nos conjuntos recém-construídos, o registro daqueles aptos a receber aluguéis sociais ou compensações monetárias, a atribuição de postos de trabalho à mão de obra local, entre outros – recaíram sobre as associações de moradores. As obras, portanto, aumentaram ou reconfiguraram a vida associativa das comunidades. Diante da centralidade das associações na própria gestão das obras do PAC, não surpreende que lideranças mais combativas tenham sido rapidamente substituídas por novos agentes, que desempenham o papel de mediadores entre instâncias díspares como o tráfico e o Estado. Esses acon-

tecimentos têm produzido uma espécie de “profissionalização” da representação, com o surgimento de novos líderes, alguns dos quais sequer vivem em Manguinhos. Por outro lado, eles têm experiência acumulada em negociações com o Estado e estão familiarizados com a implementação de programas de urbanização e habitação. Têm trânsito fácil tanto nas “bocas” – termo que designa tanto os pontos de vendas de drogas quanto as estruturas de poder do tráfico – quanto nas secretarias municipais de Habitação, Obras Públicas ou Desenvolvimento Social.

A “nova” geração de líderes comunitários sistematicamente se refere a suas posições não como presidentes de associações de moradores, mas como presidentes das próprias “comunidades”. Esse deslize – “presidente da comunidade” em vez de presidente da “associação” – partilha da mesma sintaxe que denomina de “invasões” o que os movimentos sociais chamam de “ocupações”. Essa gramática, é claro, dialoga com a linguagem de constituição das favelas como territórios do tráfico, que atribui proprietários a espaços e fronteiras, regulando os fluxos de pessoas, coisas e informações. Referir-se a si mesmo como presidente de uma comunidade – diferentemente de, digamos, seu representante, como “presidente de uma associação” – personaliza o poder político e o controle territorial. E esses “presidentes” das comunidades também imitam os movimentos, procedimentos e discursos inerentes à linguagem dos direitos presentes nas intervenções estatais, como as obras do PAC.

Isso nos leva à última característica das lideranças pós-PAC que gostaria de mencionar. Os efeitos dessas acomodações vão além da reestruturação das relações locais de poder. Eles criam um mecanismo perverso em que a implementação de políticas públicas conta com o apoio de uma instituição – a associação de moradores de favelas – que há muito perdeu sua legitimidade política, seja devido à subjugação ao tráfico de drogas, seja devido às relações escusas com a política partidária. Desse modo, os mecanismos de participação política que sustentam projetos como o PAC tornam-se reféns das estruturas locais de poder e dos regimes de informalidade urbana. Esse cenário acentua a desconexão entre aquilo que pode ter sido concebido como uma agenda política legitimada pelos princípios democráticos e a percepção amplamente compartilhada de que os atuais projetos de urbanização carecem de mecanismos eficazes para garantir a participação dos cidadãos. Como disse um morador: “Quando eu percebi, o PAC já estava aqui... Eu vi os buracos, os escombros, já era o PAC removendo as casas”.

## **À espera, em ruínas, de um desfecho**

As obras do PAC em Manguinhos tiveram início em março de 2008. A entrevista anteriormente citada foi realizada em julho de 2011, mais de um ano antes de estas linhas serem escritas. Há quatro anos os moradores de Manguinhos vêm testemunhando o seguinte: o PAC mudou a paisagem de muitas comunidades e deslocou milhares de pessoas, muitas das quais ainda aguardam o prometido apartamento nos conjuntos habitacionais em construção. O reassentamento das famílias é consequência da demolição de centenas de casas, a maioria delas às margens de rios ou em áreas alagáveis, mas outras foram demolidas para dar lugar a espaços públicos ou a instalações, como escolas e creches. Como já argumentei em outros textos, a construção e melhoria das casas é um aspecto central da vida social em favelas consolidadas do Rio de Janeiro, resultado de um longo processo de transformação de precários barracos de madeira em casas de tijolo e alvenaria, ao longo de décadas de muito trabalho e diligente economia (CAVALCANTI, 2007; 2009). Muitos moradores antigos de Manguinhos foram realocados em apartamentos padronizados de 42m<sup>2</sup> nos conjuntos habitacionais recém-construídos. Um ano após sua inauguração, vários edifícios apresentam rachaduras, lançando dúvidas sobre a durabilidade das construções. Algumas casas nas vizinhanças de um dos maiores canteiros de obras do PAC também sofrem com a proliferação de fissuras. Os agentes comunitários, frustrados, tentam atender às demandas desses moradores, mesmo sabendo que não há previsão no projeto para tais casos, e que os constantes atrasos na conclusão das diferentes fases das obras nunca permitirão que esses incidentes tornem-se uma prioridade para a gestão das obras.

Mas as rachaduras nos edifícios de fachadas coloridas não são nada se comparadas às casas em ruínas, que acumulam detritos e entulho. Especialmente ao longo das margens do rio, as cascas dessas moradias tornaram-se locais privilegiados para a economia do crack. Elas são usadas como lugar para o consumo da droga e para as trocas sexuais, que constituem uma das principais moedas dos viciados na busca por um punhado de pedras. Os detritos acumulados e o lixo produzido pelas rotinas diárias atraem hordas de ratos para as ruínas. Com o passar do tempo, as estruturas abandonadas adquirem camadas de ervas daninhas e de vegetação, que crescem em meio a poças de água podre.

Como as negociações acerca das desapropriações parecem seguir padrões aleatórios, frequentemente algumas casas permanecem de pé e habitadas em meio às ruínas. Esses moradores, envoltos em escombros, tendem a aceitar qualquer indenização, a fim de escapar da paisagem de abandono que os cerca. Em meio às pilhas de escombros pode-se, por vezes, vislumbrar pedaços de paredes de antigas cozinhas, onde estão cuidadosamente dispostos azulejos outrora escolhidos com esmero pelos antigos proprietários, e pagos com muitas horas de trabalho.

Para além da área muito claramente limitada do DSup, a construção de espaços públicos não implicou um fortalecimento da ordem pública. As obras do PAC em Manguinhos desnudam alguns dos grandes desafios que acometem os projetos de intervenção urbana em áreas em que a ilegalidade dita a utilização do espaço, pois os novos espaços são logo incorporados às lógicas territoriais vigentes.

Esse não é apenas o caso do DSup; muitas outras tentativas de construção de espaços públicos no interior das comunidades denunciam a desconexão entre as visões utópicas dos espaços públicos esboçados nos croquis dos arquitetos e as lógicas cotidianas que governam os usos do espaço em Manguinhos. Assim, *playgrounds* são construídos sobre lajes de concreto desabrigadas, às margens de rios sujos e malcheirosos, sem cercas de proteção ao redor dos balanços desertos, que já mostram os primeiros sinais de ferrugem semanas após serem instalados. Mesas de piquenique de concreto, com tabuleiros de damas impressos em suas superfícies estão espalhadas por toda a parte, no que parece ser um padrão aleatório, pois elas não têm quaisquer ligações físicas ou sociais com os espaços ao seu redor: a maioria das vezes elas apenas estavam lá, vazias, já que o sol as aquece a temperaturas absurdas. Lentamente, elas também se tornam parte das ruínas circundantes.

A realidade cotidiana é, assim, muito mais complexa do que a narrativa da “chegada” do Estado, que tende a legitimar grandes investimentos estatais nas favelas. Grandes obras de infraestrutura, como o PAC-Favelas, afetam as distintas territorialidades que compõem a textura da vida na comunidade, produzindo novos arranjos e acomodações de lógicas díspares entre o tráfico de drogas militarizado, os usuários de crack, os novos e antigos arranjos políticos



locais, e os moradores que hoje vêm sua permanência nos locais onde vivem ameaçada em função das remoções e realocações em grande escala. O novo espaço físico e social assim produzido é apropriado, disputado e ressignificado de formas inesperadas, e são esses mesmos espaços produtores de novas formas de mediação política e social entre a favela e o Estado, em seus múltiplos formatos.

Os moradores de Manguinhos compartilham um sentimento tácito de espera. Sinais de mudança parecem estar se fechando sobre eles. À medida que os efeitos remotos do projeto das UPPs se entrelaçam com as transformações na paisagem física do complexo, a ideia de que uma ruptura paira no horizonte vai colorindo a imaginação dos moradores. Entretanto, no nível diário, essas mudanças acabam sendo vivenciadas como intensificação daquilo que já é conhecido. Assim, as realocações patrocinadas pelo Estado e as remodelações do ambiente físico, bem como as gradações dos níveis de conflitos relacionados ao tráfego são vistos em continuidade com as mudanças passadas, que pouco afetaram as condições estruturais em que a vida se desenrola. A própria sensação de mudança iminente tem, aliás, perdurado por mais de três anos, tornando-se ela mesma mais um aspecto contraditório do cotidiano.

O antropólogo Vincent Crapanzano descreve uma estrutura semelhante do sentir em sua pesquisa realizada em uma pequena e fechada comunidade branca na África do Sul, no crepúsculo do *apartheid*:

O passado nos fornece segurança quando estamos à espera. Na espera, esse olhar retroativo, essa busca de segurança em experiências passadas, esse consolo na história, que desvitaliza o aqui e agora. Nós permanecemos porque sabemos, por experiências passadas, que nada podemos fazer. Permanecemos por saber que “as forças da história” prevalecerão (CRAPANZANO, 1985, p. 44).

Entre os novos prédios do DSup e as obras do PAC que se tornam ruínas antes mesmo de sua inauguração, os moradores de Manguinhos esperam. Entre velhas e novas ruínas.<sup>16</sup>

16 Pós-escrito: Reviso estas linhas no final de outubro de 2012. Há duas semanas, Manguinhos foi ocupado pelo Bope, o Exército e a Marinha. Há pouca cobertura da mídia sobre o que acontece nos becos e vielas do Complexo. Breves conversas com moradores revelam que a espera continua, apesar da migração dos “cracudos” para outras áreas, inaugurando novas “cracolândias”, algumas delas muito próximas, no lado oposto da Linha Vermelha ou da Avenida Brasil. O que virá após a ocupação pode ainda estar em aberto, mas o sentido da espera em uma zona de guerra pela chegada de forças maiores do que eles parece ainda definir a sensação partilhada nessa região.

## Referências

- ABREU, Mauricio. (1987), *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- ALSAYYAD, Nezar. (2004), “Urban Informality as a ‘New’ Way of Life”. Em: ROY, Ananya [e] ALSAYYAD, Nezar (orgs). *Urban Informality: Transnational Perspectives from the Middle East, Latin America, and South Asia*. Lanham, Lexington.
- AUYERO, Javier. (2011), “Patients of the State: An Ethnographic Account of Poor People’s Waiting”. *Latin American Research Review*, Vol. 46, nº 1, pp. 5-29.
- BANCO MUNDIAL. (2012), *Bringing the State Back Into the Favelas of Rio de Janeiro: Understanding Changes in Community Life After the UPP Pacification Process*.
- BURGOS, Marcelo Baumann. (1998), “Dos parques proletários ao Favela-Bairro: As políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro”. Em: ZALUAR, Alba [e] ALVITO, Marcos (orgs). *Um século de favela*. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- \_\_\_\_\_. (2012), “Favela, conjuntos habitacionais, bairros populares e outras formas urbanas: Por uma agenda de luta pela cidade”. Em: MELLO, Marco Antônio da Silva; MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio; FREIRE, Leticia de Luna [e] SIMÕES, Soraya Silveira. *Favelas cariocas: Ontem e hoje*. Rio de Janeiro, Garamond.
- \_\_\_\_\_; CAVALCANTI, Mariana; BRUM, Mario; AMOROSO, Mauro [e] PEREIRA, Luiz Fernando Almeida. (No prelo), “O efeito UPP na percepção dos moradores das favelas”. *Desigualdade & Diversidade*, nº 12.
- \_\_\_\_\_; CAVALCANTI, Mariana; AMOROSO, Mauro; BRUM, Mario [e] ALMEIDA, Luiz Fernando. (no prelo), “O efeito UPP na percepção dos moradores de favelas”. *Desigualdade & Diversidade*, nº 12.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. (2006), *City of Walls: Crime, Segregation, and Citizenship in São Paulo*. Berkeley, University of California Press.

- CANO, Ignácio (coord). (2012), “Os donos do morro”: Uma análise exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro. São Paulo/Rio de Janeiro, FBSP/LAV-Uerj.
- CAVALCANTI, Mariana. (2007), *Of Shacks, Houses and Fortresses: An Ethnography of Favela Consolidation in Rio de Janeiro*. Tese (doutorado), Department of Anthropology, University of Chicago.
- \_\_\_\_\_. (2008), “Tiroteios, legibilidade e espaço urbano: Notas etnográficas de uma favela carioca”. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Vol. 1, nº 1, pp. 35-59.
- \_\_\_\_\_. (2009), “Do barraco à casa: Tempo, espaço e valor(es) em uma favela consolidada”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 24, nº 69, pp. 69-80.
- \_\_\_\_\_ [e] FONTES, Paulo. (2011), “Ruínas industriais e memória em uma ‘favela fabril’ carioca”. *História Oral*, Vol. 14, nº 1, pp. 11-35.
- \_\_\_\_\_ ; FONTES, Paulo [e] BLANK, Thais. (2012), *CCPL: Favela Fabril*. Lincoln Institute of Land Policy Working Paper 49.
- COWIE, Jefferson [e] HEATHCOTT, Joseph (orgs). (2003), *Beyond the Ruins: The Meanings of Deindustrialization*. Ithaca e Londres, Cornell University Press.
- CRAPANZANO, Vincent. (1985), *Waiting: The Whites of South Africa*. Nova York, Vintage.
- CRINSON, Mark. (2005), *Urban Memory: History and Amnesia in the Modern City*. Londres e Nova York, Routledge.
- FERNANDES, Tania Maria [e] COSTA, Renato Gama-Rosa. (2009), “Histórias de pessoas e lugares: Memórias das comunidades de Manguinhos”. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz.
- FISCHER, Brodwyn. (2008), *A Poverty of Rights: Citizenship and Inequality in Twentieth-Century Rio de Janeiro*. Stanford, Stanford University Press.

- INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DA GUANABARA. (1968), "A interpenetração das áreas faveladas e áreas industriais no Estado da Guanabara". Centro de Coordenação Industrial para o Plano Habitacional (Guanabara), Instituto de Desenvolvimento da Guanabara, Centro de Estudos Socioeconômicos. Rio de Janeiro, Ideg.
- LO BIANCO, Mila. (2011), O PAC-Manguinhos: Política urbana, usos e representações da cidade. Monografia (conclusão de curso), Escola de Ciências Sociais e História, CPDOC, FGV.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. (2008), "A política na favela". *Cadernos Brasileiros*, ano 9, nº 41, pp 35-47.
- \_\_\_\_\_. (1995), "Um problema na interpretação da criminalidade violenta". *Sociedade e Estado*, Vol. 10, n. 2.
- MENDONÇA, Adalton da Motta. (2003), "Vazios e ruínas industriais: Ensaio sobre friches urbaines". Disponível (on-line) em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.014/869>
- MENEGUELLO, Cristina. (2009), "Espaços e vazios urbanos". Em: FORTUNA, Carlos [e] LEITE, Rogério Proença (orgs). *Plural de cidade: Novos léxicos urbanos*. Coimbra, Almedina, pp. 127-138.
- \_\_\_\_\_; FONTES, Paulo [e] SILVA, Leonardo. (2009), "Patrimônio industrial e especulação imobiliária: O caso da Lapa". Disponível (on-line) em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/09.107/1847>
- PERLMAN, Janice. (1976), *O mito da marginalidade: Favelas e políticas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- RAMA, Ángel. (1996), *The Lettered City*. Durham e Londres, Duke University Press.
- ROY, Ananya. (2005), "Urban Informality: Toward an Epistemology of Planning". *Journal of the American Planning Association*, Vol. 71, nº 2, pp. 147-158.
- SEVERCAN, Yucel [e] BARLAS, Adnan. (2007), "The Conservation of Industrial Remains as a Source of Individualization and Socialization". *International Journal of Urban and Regional Research*, Vol. 31, nº 3, pp. 675-682.

- SILVA, Heitor Ney Mathias da. (2008), “As ruínas da cidade industrial: Resistência e apropriação social do lugar”. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, UFRJ.
- SILVA, Maria Lais Pereira da. (2005), *Favelas Cariocas 1930-1964*. Rio de Janeiro, Contraponto.
- TELES, José. (2011), “Favelas, indústrias e subúrbio: História de um Rio esquecido”. Trabalho apresentado na Semana dos Estudantes de História e Ciências Sociais (SEHCS), CPDOC, FGV.
- TELLES, Vera da Silva [e] CABANES, Robert (orgs). (2006), *Nas tramas da cidade: Trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo, Humanitas.
- THIAGO, Cristiane Muniz. (2007), “Rio de Janeiro operário: Memória dos trabalhadores do bairro do Jacaré”. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em Memória Social, UFRJ.
- TRINDADE, Claudia Peçanha da. (2012), *Não se faz omelete sem quebrar os ovos: Política pública e participação social no PAC Manguinhos, Rio de Janeiro*. Tese (doutorado), Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, UFF.
- \_\_\_\_\_; COSTA, Renato Gama-Rosa [e] FERNANDES, Tânia Maria. (2008), “Memória e conflitos sociais no espaço urbano: Manguinhos/Rio de Janeiro”. Trabalho apresentado no XIII Encontro de História Anpuh, Rio de Janeiro.
- VALLADARES, Lícia do Prado. (2005), *A invenção da favela: Do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro, EdifGV.
- \_\_\_\_\_. (1979), *Passa-se uma casa: Análise do programa de remoções de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- ZALUAR, Alba. (1999), *A máquina e a revolta: As organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo, Brasiliense.

\_\_\_\_\_. (2004), *Integração perversa: Pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro, FGV.

## Textos de jornais e revistas

KATZ, Bruce [e] BRADLEY, Jennifer. (10/01/2010), “Detroit: A fênix Americana”. Folha de S. Paulo, Mais, São Paulo. Disponível (on-line) em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1001201015.htm>

ROSALES, Kristina [e] BARNES, Taylor. (2011), “New Jack in Rio: Six Years Ago, Crack Cocaine Was Virtually Unheard of in Brazil. Now it’s out of control”, *Foreign Policy*. Disponível (on-line) em: [http://www.foreignpolicy.com/articles/2011/09/14/new\\_jack\\_rio](http://www.foreignpolicy.com/articles/2011/09/14/new_jack_rio)

THUM, Thais. (27/06/2010), “Passarela feita por Niemeyer para a Rocinha é inaugurada: Sérgio Cabral participou de cerimônia na favela da Zona Sul e prometeu UPP e outras melhorias na comunidade”. Portal G1, Rio, disponível (on-line) em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2010/06/passarela-feita-por-niemeyer-para-rocinha-e-inaugurada.html>

**RESUMEN:** El texto *Esperando en ruinas: Urbanismo, estética y política en Río de Janeiro de la PACificación* hace un informe etnográfico acerca del Programa de Aceleración del Crecimiento en las Favelas (PAC-Favelas) en Manguinhos, zona industrial del suburbio de Río de Janeiro. El artículo reconduce la estética de las obras hacia el contexto político más amplio de la ciudad, en el que la política de las Unidades de Policía Pacificadora (UPP) tiene un lugar estratégico. Examina, a continuación, los cambios impuestos por PAC a las estructuras de autoridad en la favela, lo que afecta a las relaciones de poder y mediación política establecidas. Por último, se dirige a la función de los nuevos sujetos políticos que actúan precisamente en los intersticios de las estructuras de informalidad urbana constitutivos de la vida en las favelas.

**Palabras clave:** Río de Janeiro, favelas, planificación urbana, PAC, UPP

**MARIANA CAVALCANTI** ([mariana.cavalcanti@fgv.br](mailto:mariana.cavalcanti@fgv.br)) é professora da Escola de Ciências Sociais e História do Centro de Pesquisa e Documentação (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (FGV-RJ). É doutora em antropologia pela University of Chicago (EUA) e mestre em comunicação e cultura pela Escola de Comunicação (ECO) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Tem graduação em comunicação social na ECO-UFRJ. A autora codirigiu (com Thais Blank e Paulo Fontes) o documentário *Favela fabril* (2012, 49'), citado no texto.